



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638304 - BA (2021/0000584-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DANIEL DE LIMA CLAUDINO
ADVOGADO : DANIEL DE LIMA CLAUDINO - BA043083
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : WILLEN TORRES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLEN TORRES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8000003-66.2021.8.05.0000).

O paciente foi preso em flagrante e autuado pela suposta prática do crime tipificado nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06. Protocolado pedido de revogação da preventiva, em 26/12/2020, o Juiz Plantonista absteve-se de apreciar o pedido. Impetrou, então, *habeas corpus* perante a Corte Estadual, contudo, a liminar foi indeferida pelo desembargador plantonista, nos seguintes termos:

[...] De acordo com o artigo 1º da Resolução nº 15/2019 do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia: “O Plantão Judiciário do 2º Grau, com jurisdição em todo o Estado, consoante as normas estabelecidas nesta Resolução, destina-se exclusivamente à prestação jurisdicional de urgência, fora do horário de expediente forense, inclusive aos sábados, domingos, feriados e dias cujo expediente tenha sido suspenso ou reduzido por ato da autoridade competente”. Desse modo, ao Plantão Judiciário compete exclusivamente a prestação jurisdicional de urgência, de modo que o ato questionado deve ter ocorrido durante o seu período ou à sua véspera, de forma a evitar que a demora na análise da questão possa resultar em dano irreparável para a parte. Com efeito, incumbe ao Impetrante demonstrar o caráter emergencial e urgente da medida pleiteada, expondo, de forma clara, cristalina, os possíveis prejuízos irreparáveis a ser suportado pelo Paciente, de forma a justificar a impetração do presente Writ no Plantão Judiciário. Da análise dos autos, constata-se que o mandado de prisão foi cumprido no dia 22/12/2020, após o encerramento do expediente ordinário do Poder Judiciário, configurando, portanto, hipótese do caráter urgente estabelecido na Resolução nº 71/2009 e na Resolução nº 15/2019 do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, de modo a competir a apreciação do pleito em sede de Plantão Judiciário. O inciso LXVIII, do

artigo 5º da Constituição Federal, assegura a concessão de sempre habeas corpus que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção ou por abuso de poder, sendo possível a concessão de medida liminar, quando presentes nos autos os requisitos cumulativos do *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Contudo, da análise dos argumentos e dos documentos aportados pelo Impetrante no presente writ, estes não apresentam a força probante necessária, de forma a comprovar a coação ilegal e a violação a direito do Paciente, porquanto, não vislumbro, ao menos de plano, a ilegalidade suscitada. Constata-se que há nos autos, ao menos em juízo de delibação, o preenchimento dos requisitos estabelecidos nos artigos 312 e seguintes do Código de Processo Penal, afigurando-se insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão, visto que o Paciente estando em liberdade oferece grave risco à ordem pública, até porque, diferente do quanto alega o Impetrante, com o Paciente não foram encontradas apenas sementes de maconha, mas estava também na posse de 37,73g de maconha. Diante de tudo, INDEFIRO A LIMINAR suscitada e determino a remessa dos autos à Diretoria de Distribuição do 2º Grau para regular distribuição, nos termos do artigo 3º, § 2º, da Resolução nº 15/2019 do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

O impetrante sustenta que ao converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, o juiz plantonista o fez de forma genérica, sem apontar a conduta individualizada do paciente, fundamentando-a unicamente na gravidade abstrata do delito. Alega que à simples posse de sementes de maconha não se pode aplicar as ilações dos art. 33 e 35 da Lei 11.343/06. Aduz que não "havendo provas que demonstrem a existência do *animus* associativo, ou seja, o ajuste prévio e duradouro entre os agentes para a prática de determinado crime de tráfico de drogas, a liberdade em substituição as medidas cautelares são medidas impositivas" (fl. 14).

Pugnando pelo afastamento do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente, com sua imediata soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Apesar das alegações, a matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO

RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente